



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10507/2026

UASG: 987563 – Compras.gov.br nº 90028

O Município de Foz do Iguaçu - PR, com sede na Praça Getúlio Vargas nº 260 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicadas, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regido pela **Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 32.398/2024, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores, e, no que couber**, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e endereço eletrônico www.Compras.gov.br e no portal da transparência do Município www.foz.pr.gov.br

DATAS RELATIVAS AO CERTAME

- **Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Impugnações:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Recebimento das propostas:** até as 09 horas do dia **20/05/2026**;
- **Abertura e avaliação das propostas:** dia **20/05/2026**, a partir das 09:00 horas;
- **Início da sessão pública / lances:** dia **20/05/2026**, às 09:00 horas

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

ENDEREÇOS:

PREGOEIRO: Julio César Nunes de Almeida

Fone: (45) 3521-1374 – email; julio.pmf@gmail.com

Horário de expediente: das 08h às 14h.

ENDEREÇOS: Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo IA – Adesivação padrão do Programa Estradas da Integração;
- Anexo II – Modelo de Declaração Anticorrupção;
- Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo IV - Modelo de DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP;
- Anexo V – Minuta de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto a aquisição, para atender a demanda formulada pelo Município de Foz do Iguaçu/PR, **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada a aquisição de 05 (cinco) equipamentos rodoviários novos (zero





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

hora), destinados a atender às demandas da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, no âmbito do Programa Estradas da Integração, conforme Convênio nº 414/2025 celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Agricultura, conforme condições, quantidades e especificações constantes, no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.

1.2. O valor máximo da presente licitação é R\$ 3.763.357,90 (três milhões, setecentos e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

1.3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

DOTAÇÃO	RECURSOS
20.007.20.606.0200.2093.4.4.90.52.1.2025	Estado do Paraná - SEAB
20.007.20.606.0200.2093.4.4.90.52.1.505	Contrapartida do Município

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Foz do Iguaçu/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta às empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente de linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.7. Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 2.3.8. Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:
- 2.4.1. SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021; (observar o item 2.3.5).
- 2.4.1.1. Art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 2.4.2. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250>
- 2.4.3. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.
- 2.6. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

Justificativa: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade técnica, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório, visto tratar-se de fornecimento de bens móveis novos com amplo mercado fornecedor, sendo a vedação decorrente de ato discricionário da Administração Municipal. Ademais, não se revela vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio neste objeto específico, tendo em vista que estas passariam a ter responsabilidade solidária por atos praticados ao longo da execução do contrato, em especial no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias. Tal condição traria riscos desnecessários para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do cronograma vinculado ao Município caso uma das consorciadas sofra bloqueios judiciais de valores financeiros para pagamento de dívidas. Conforme o entendimento de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: lei 14.133/21, 2021, p. 293), a Administração usualmente só autoriza consórcios quando a complexidade do objeto ou as dimensões do mercado exigem tal associação para preencher condições especiais, o que não se aplica ao caso vertente. No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União (Acórdão 2395/2010 – Plenário) destaca que a opção pelo consórcio justifica-se apenas para aumentar a competitividade em face da complexidade ou peculiaridades do mercado, premissas que não se fazem presentes nestes autos, especialmente diante do parcelamento do objeto que já assegura a ampla disputa entre fornecedores especializados.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 3.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 3.2. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do(s) item(ns) e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

- 3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, o atendimento as especificações do objeto constantes deste Edital.
- 3.4. O campo **'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado'** será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições:
- 3.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.
- 3.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.7. Condições de participação.
- 3.8. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 3.9. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.9.1.1. Declarações para fins de habilitação

- Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- Cumpro as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
- Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.9.1.2. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

- Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

- 3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.11. **Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.**
- 3.12. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

3.13. As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.13.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.14. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat"). Ou através do e-mail constante do preâmbulo do edital.

4.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **"aberto"**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.1.1. A identificação não intencional, como, por exemplo, indicação de marca exclusiva, ou propriedades do documento digital, não será motivo de desclassificação do licitante.

5.3.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 6.3. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante.
- 6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
 - 6.4.1. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
 - 6.4.2. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
 - 6.4.3. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.
 - 6.5.2. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
 - 6.6.2. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.
- 6.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de 0,25%.**

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1. Aplicação do tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em conformidade com os arts. 152 a 157 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e com a Lei Complementar nº 123/2006, verifica-se que, para o presente objeto, não será aplicável o tratamento diferenciado destinado às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas, pelos seguintes motivos:

a) O objeto da contratação consiste na aquisição de maquinário rodoviário pesado novo (zero hora), sendo: caminhões caçamba basculante 6x4, pá carregadeira sobre rodas, retroescavadeira 4x4 e da produção agrícola no Município de Foz do Iguaçu.

b) O fornecimento de equipamentos pesados desta natureza é atividade restrita a fabricantes, concessionárias e revendedores autorizados, usualmente constituídos sob a forma de sociedades de médio ou grande porte, inexistindo, no âmbito local ou regional, microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de atender às especificações técnicas e logísticas exigidas.

c) O valor unitário de cada item/equipamento ultrapassa significativamente o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido pelo Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, superando a capacidade operacional e financeira comumente observada em ME e EPP para este tipo de fornecimento especializado.

d) Não foi constatada a existência de, no mínimo, três (03) fornecedores locais ou regionais enquadrados como ME/EPP aptos a competir no certame para cada item específico, hipótese que, nos termos do art. 157 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, excepciona a aplicação do tratamento diferenciado.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7.2. No tocante à cota reservada de até 25% para bens de natureza divisível, prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, ressalta-se que, embora a contratação seja parcelada por itens para ampliar a competitividade, cada unidade (item) é tecnicamente indivisível e possui alto valor agregado, o que inviabiliza a reserva de frações ou cotas exclusivas para ME/EPP sem prejuízo à padronização e à integridade técnica de cada equipamento.

7.3. A aplicação do benefício, neste caso, não se revelaria vantajosa à Administração, podendo comprometer os princípios da economicidade, isonomia e competitividade do certame, dada a especificidade do mercado fornecedor de máquinas pesadas.

8. DO JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo III - Modelo de Proposta de Preços**, do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1. O prazo para envio da proposta é de, **no máximo (02) duas horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.

10.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, à licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.5. Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

10.1.6. A proposta será **desclassificada** quando:

10.1.6.1. conter vícios insanáveis;

10.1.6.2. não atender às especificações técnicas solicitadas no edital;

10.1.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

10.1.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

10.1.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.6.6. **A Administração Pública** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “d” acima.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 10.1.7. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo estipulado para cada item.
- 10.1.8. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.
- 10.1.9. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que **a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.10. Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III e IV, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.2. Os documentos exigidos que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação

- 11.2. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

11.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 11.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** (última alteração ou a consolidação) em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- 11.2.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 11.2.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- 11.2.1.4. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 11.2.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 11.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 11.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 11.2.2.3. Prova de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conforme Portaria Conjunta RFB / PGFN nº.1.751 de 02/10/2014.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 11.2.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 11.2.2.5. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei.
- 11.2.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.
- 11.2.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.

11.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 11.2.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, apto a comprovar fornecimento anterior compatível, em características, quantidades e complexidade, com o respectivo item disputado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;
- 11.2.3.2. Havendo dúvidas quanto a regularidade ou inconsistências dos atestados, o Pregoeiro realizará diligência para verificação destes, ou exigir outros documentos para comprovação (Contrato de Fornecimento e/ou Nota Fiscal), na forma previsto na lei;

11.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 11.2.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial competente da sede da licitante; quando não mencionar a data de validade, na mesma será considerada com validade de **12 (doze) meses**;
- 11.2.4.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.3. PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:

- 11.3.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o **item 11** é de, **no máximo (02) duas horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.
- 11.3.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
- 11.3.3. **Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedido pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.**
- 11.4. Os documentos que não consignarem prazo de validade somente serão aceitos se emitidos em até 90 (noventa) dias da data da sessão pública, ressalvados aqueles cuja validade decorra de sua própria natureza, de disposição legal ou da prática do órgão emissor.
- 11.4.1. **Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado;**
- 11.5. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 11.6. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.
 - 11.6.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
 - 11.6.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.
 - 11.6.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.
- 11.7. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 11.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;
 - 11.7.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
12. **DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**
 - 12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.
 - 12.2. **Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.**
13. **DO RECURSO**
 - 13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo **mínimo de 10 (dez)** minutos do término do julgamento das propostas, e **após** o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
 - 13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br
 - 13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.
 - 13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.
 - 13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.
 - 13.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

13.2.2. O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

13.3. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura do termo de contrato, conforme modelo constante do **Anexo V – Minuta do Contrato**.

• Sustentabilidade

15.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

15.2.1. Eficiência Energética e Controle de Emissões: Os equipamentos ofertados deverão obrigatoriamente atender aos limites de emissão de poluentes e ruídos estabelecidos pelo CONAMA. Para os caminhões, exige-se o atendimento à Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE P8 / Euro VI). Para as máquinas agrícolas/rodoviárias (Retroescavadeira, Escavadeira e Pá Carregadeira), exige-se o atendimento à certificação PROCONVE MAR-I ou superior.

15.2.1. Gerenciamento de Resíduos Pós-Consumo (Logística Reversa): A contratada deverá responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada de pneus, baterias, óleos lubrificantes e filtros substituídos durante as revisões de garantia, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

15.3.2. Economia de Insumos: A contratada deverá disponibilizar os manuais de operação, manutenção e catálogos de peças preferencialmente em formato digital (PDF), além da via física obrigatória que acompanha o equipamento, visando a redução do consumo de papel.

• Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca ou modelo específico. A descrição do objeto contida neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho anexo apresenta especificações técnicas, de desempenho e de produtividade suficientes para garantir a qualidade da contratação sem restringir a competição. Caso haja menção a alguma marca em catálogos de referência ou cotações anexas ao processo, esta deve ser entendida apenas como parâmetro de qualidade, admitindo-se qualquer modelo que seja “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, desde que atenda a todas as especificações mínimas exigidas.

15.4. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

15.4.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 15.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.6. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 15.7. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 15.4, administração, observados o valor estimado, poderá:
 - a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
 - b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 15.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
- 15.7. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 15.6, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

15.8. Para proceder a assinatura eletrônica do contrato, o responsável, pela assinatura do documento, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28.900/2021-PMFI - Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>

16. GESTOR DO CONTRATO

- 16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 32.398/2024, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.
- 16.3. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, admitido o uso de meio eletrônico, desde que assegurada a sua formalização.
- 16.4. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para reunião inicial, destinada ao alinhamento da execução contratual, incluindo obrigações, mecanismos de fiscalização, forma de acompanhamento e eventuais indicadores de desempenho.
- 16.5. Execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.6. Compete ao fiscal do contrato:
 - 16.6.1. Acompanhar a execução do objeto, assegurando o cumprimento das condições contratuais;
 - 16.6.2. Registrar todas as ocorrências relevantes em histórico próprio;
 - 16.6.3. Notificar a CONTRATADA para correção de irregularidades, fixando prazo;



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 16.6.4. Comunicar ao gestor do contrato situações que demandem decisão superior;
- 16.6.5. Informar, em tempo hábil, fatos que possam comprometer a execução contratual;
- 16.6.6. Verificar a conformidade do objeto entregue com as especificações contratuais.
- 16.7. Compete ao gestor do contrato:
- 16.7.1. Coordenar as atividades de fiscalização;
- 16.7.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais;
- 16.7.3. Adotar providências para saneamento de irregularidades;
- 16.7.4. Promover a instrução de processos administrativos, inclusive para aplicação de sanções;
- 16.7.5. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
- 16.7.6. Controlar os aspectos administrativos do contrato, incluindo empenho, pagamento e alterações contratuais;
- 16.7.7. Elaborar relatório final de execução contratual.
- 16.8. O fiscal e o gestor poderão, sempre que necessário, convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências imediatas relacionadas à execução do contrato.
- 16.9. As atividades de gestão e fiscalização observarão, no que couber, as disposições do Termo de Referência e da legislação municipal aplicável.
- 16.10. A atuação do fiscal e do gestor não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado.
- 17. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 17.1. A fiscalização comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências que forem verificadas nos itens entregues, para correção, sem prejuízos das sanções cabíveis;
- 17.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
- 17.3. Não serão aceitos pela Fiscalização itens que não satisfaçam às condições do Termo de Referência;
- 17.4. A designação dos agentes públicos indicados para o desempenho da fiscalização foi fundamentada no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, e conforme o Art. 22, inciso VI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, segue dados dos gestores e fiscais ao final subscritos, bem como do Ordenador de Despesas, Osmar Santini Junior.
- 17.5. A gestão do contrato será exercida pelo servidor Jhean Carlos Maran, matrícula nº 22261.02, Diretor de Agropecuária.
- 17.6. A fiscalização do contrato será exercida pela servidora Karine Martini Machado, matrícula nº 22960.01, Médico Veterinário Júnior.
- 17.7. No exercício de suas funções, eles incumbirão providências para o acompanhamento e a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas para a execução regular e efetiva dos trabalhos por parte da CONTRATADA.
- 18. DO PAGAMENTO**
- 18.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

18.2. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

18.3. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

18.4. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

• Forma de pagamento

18.5. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.10. A empresa deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada nos seguintes sistemas:
a) Para o pagamento: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>
b) O responsável, pela assinatura do Contrato, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28900/2021-PMFI. Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Editar>

• Do Critério de Reajuste/Repactuação

18.11. O contratado sofrerá reajuste quando houver o transcurso de doze meses a contar da data da apresentação da proposta, sendo ajustado o índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para fins de reajuste.

18.12. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

18.13. A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

- 19.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 19.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 19.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 19.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 19.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 19.1.8. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 19.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - 19.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 19.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 19.1.2., 19.1.3., 19.1.4., 19.1.5., 19.1.6. e 19.1.7., do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 19.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 19.1.8., 19.1.9., 19.1.10. e 19.1.11 dos subitens acima deste Contrato, bem como nas alíneas 19.1.2., 19.1.3., 19.1.4., 19.1.5., 19.1.6. e 19.1.7., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
 - 19.2.4. **Multa**:
 - 19.2.4.1. Moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega, sendo que a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total do Contrato, incidindo sanções específicas;
 - 19.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, configurando inexecução parcial do contrato;
 - 19.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 19.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na legislação. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:
 - 19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 19.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 19.3.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 19.3.5. O caráter educativo da pena.
- 19.4. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização;
- 19.5. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras;
- 19.6. Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- 19.7. Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro;



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 19.8. Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis;
- 19.9. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na entrega advier de caso fortuito ou de força maior.
- 20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**
- 20.1. Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico ao julio.pmfi@gmail.com
- 20.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação;
- 20.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
- 20.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 20.3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico julio.pmfi@gmail.com
- 20.3.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.
- 20.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br para acompanhamento dos interessados;
- 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 21.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.
- 21.2. Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR, referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico www.foz.pr.gov.br
- 21.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos;
- 21.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;
- 21.5. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 21.6. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico www.Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam ao Município de Foz do Iguaçu/PR, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame;
- 21.7. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.Compras.gov.br e no portal da transparência do Município.
- 22. DO FORO**
- 22.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro.

Larissa Ferreira

Osmar Santini Júnior

Secretária Municipal da Administração e Recursos Humanos - Secretário Mun. de Desenv. Econ. Trabalho e Agricultura





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

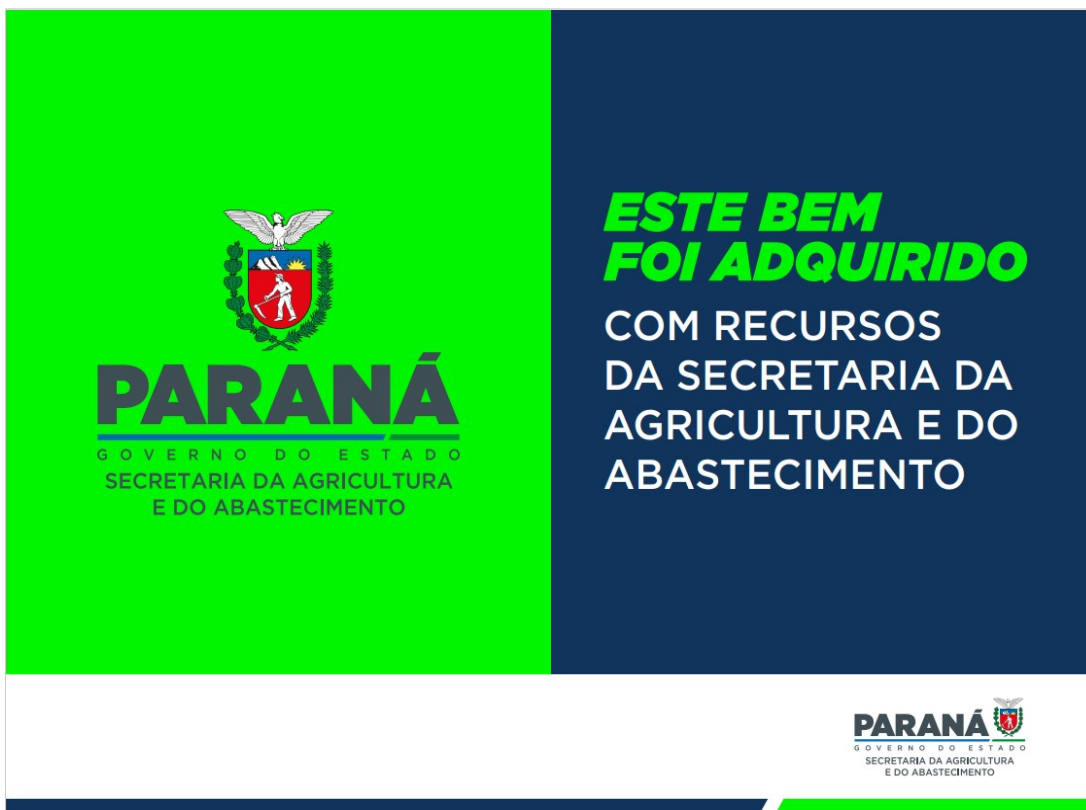
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - A

Adesivação padrão do Programa Estradas da Integração



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO II
MODELO DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico nº 028/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr _____, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato/ata de registro de preços, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato/Ata de Registro de Preços, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, de 2026.

Nome e carimbo do
representante legal da empresa

ANEXO III - Modelo de Apresentação de Proposta





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III
PROPOSTA COMERCIAL
(em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____ IE _____
Endereço: _____
Tel/Fax: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
E-mail _____
Banco..... Código FEBRABAN nº..... Agência Bancária Conta Corrente nº

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contrato
Pregão Eletrônico nº 028/2026

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do(s) objeto(s), conforme abaixo:

Item	Especificação	UN.	QTDE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01						
TOTAL GERAL R\$						

Condições de Pagamento:

Prazo de Entrega:

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Declaramos de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, **frete**, impostos de quaisquer natureza, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, ____ de _____ de 2026.

Atenciosamente

Representante Legal da Proponente

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP;





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP;

À

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico nº. 028/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)_____, declara, sob as penas da Lei, que:

a) Se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e alterações.

b) Cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

c) Não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em sintonia com o §2º, do art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

d) A pessoa jurídica não se enquadra em nenhuma das hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2016:
I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica; II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; III. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; V. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo; VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica; VIII. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; IX. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

Local, _ de _____ de 2026.

Responsável legal
(carimbo, nome RG nº e assinatura)

Contador
(carimbo, nome RG nº e assinatura)



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° XXX/2026



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

TERMO DE REFERÊNCIA

Versão 2.0 - SMAD/DILC - Atualizada em 17 jan.2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº /2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Agricultura da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

1.2. Definição do objeto: A presente contratação tem por objetivo a aquisição de equipamentos rodoviários novos (zero hora), destinados a atender às demandas da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, no âmbito do Programa Estradas da Integração, conforme **Convênio nº 414/2025** celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Os equipamentos objeto desta contratação visam garantir melhores condições de trafegabilidade nas estradas rurais, possibilitando a conservação, manutenção e melhoria da infraestrutura viária, assegurando o adequado escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e a mobilidade da população rural, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO ITEM	UNID. MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4 , Potência mínima de 280 CV; motor diesel, atendimento a Resolução Conama 490/2018, (Proconve P8, equivalente ao Euro VI) câmbio manual, automático ou automatizado de no mínimo 9 (nove) marchas/velocidade a frente e 1 (uma) a ré, cor branca (caminhão e caçamba), CARACTERÍSTICAS GERAIS: novo; zero km rodado; ano de fabricação em vigor, na data do recebimento da ordem de compra ou modelo de ano	60000451	Unidade	02	R\$ 850.000,00	R\$ 1.700.000,00

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

1 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmf.foz.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmf.foz.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

	superior), cor branca (caminhão e caçamba), capacidade da caçamba 10,0m³, aço estrutural de alta resistência como SAE 1020 – ASTM A36 OU SAC-350, SISTEMA HIDRÁULICO de acionamento indireto com 2 (dois) pistões, GARANTIA:: de 12 (doze) meses (caminhão e caçamba), todas as REVISÕES por igual período, com insumos, logística e mão de obra às expensas da CONTRATADA sem limite de quilometragem; ENTREGA: a CONTRATADA entregará com tanque cheio; licenciado e emplacado, bem como é responsável por todas as despesas por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s) a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento. PNEUS: mínimo 295/80 R22.5 de uso misto. CAPACIDADE: Peso bruto total (PBT) homologado de 23.000 kg, ADESIVO(S) DO(S) PROGRAMA(S)					
2	RETROESCAVADEI RA 4X4 , última série, nova, zero hora, admissível fabricação	60000452	Unidade	01	R\$ 485.000,00	R\$ 485.000,00

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

2 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 85 HP, motor diesel que atenda ao controle de emissão de poluentes (PROCONVE MAR-I -CONAMA), transmissão tipo PowerShuttle, admissível tipo: Synchro Shuttle e Powershift número mínimo de marcha 4(quatro) a frente e 2 (duas) a ré; sistema de acoplamento conversor de torque, freio multidisco em banho de óleo, sistema hidráulico bomba tipo engrenagem ou pistão/fluxo variável, ESCAVADEIRA DA RETRO capacidade da caçamba mínimo de 30” (trinta polegadas), profundidade mínima de escavação 4.200 mm, altura de carga mínima 3.100mm, força de desagregação na caçamba mínimo de 4.900 kgf, força de desagregação no braço mínimo de 3.000 kgf/m, CARREGADEIRA FRONTAL capacidade da caçamba mínimo de 0,76 m³, cilindros de elevação mínimo de 2 (dois) e de tombamento mínimo de 1 (um) altura de descarga mínimo de 2.570 mm, altura total de articulação, mínimo 3.290mm, força de desagregação na						
--	--	--	--	--	--	--

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

3 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

<p>caçamba mínimo de 4.000 kgf, carga operacional mínimo de 2.500 kg, PNEUS dianteiros mínimo 12x16,5 e traseiros mínimo 17,5x25, PESO OPERACIONAL de 7.100 Kg até 7.900kg, sistema elétrico 12 V, eixos tipo redução planetária ou coroa e pinhão central, direção hidrostática, cabine fechada com sistema de ar-condicionado e certificação ROPS/FOPS, GARANTIA de 12 (doze) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos às despesas da proponente durante o período de garantia ou 2.000, ENTREGA: com o tanque cheio, capacidade mínima de 125 litros, sendo a CONTRATADA responsável por todas as despesas, por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s), a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento. TREINAMENTO: sim, entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, com fornecimento de certificado, ADESIVO</p>					
---	--	--	--	--	--

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

4 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

	ESPECÍFICO DE CADA PROGRAMA					
3	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA , última série, nova, zero hora, registro no RENAGRO, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 110 HP, motor diesel que atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I, TIER II), TRANSMISSÃO Hidrostática, força de tração na barra 15.800 kgf/m, número de velocidade 2(duas) a frente e 2 (duas) a ré; sistema hidráulico bomba do tipo pistão fluxo variável, capacidade da caçamba mínimo 0,80 m³, força de desagregação na caçamba de no mínimo 11.000 kgf, força de desagregação no braço de no mínimo 9.100 kgf, velocidade de giro mínimo de 8,5 rpm, esteira com sapatas largura mínima 600 mm, número de roletes superiores mínimo de 2 (dois) e roletes inferiores mínimo de 7 (sete) de cada lado, Peso operacional de 17.000 kg até 18.500 kg, largura mínima das sapatas da esteira 600mm, sistema elétrico de 24 V, direção	60000453	Unidade	01	R\$ 828.357,90	R\$ 828.357,90

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

5 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

	hidrostática, cabine fechada com ar condicionado e certificação ROPS/FOPS, GARANTIA de 12 (doze) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística, e insumos às expensas da CONTRADA durante o período de garantia ou 2.000, ENTREGA: tanque cheio, capacidade mínima de 250 litros, sendo a CONTRATADA responsável por todas as despesas, por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s), a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento.. TREINAMENTO: sim, entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, com fornecimento de certificado, ADESIVO ESPECÍFICO DE CADA PROGRAMA					
4	PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior, potência efetiva líquida (máxima em HP) mínima de 130 HP, motor diesel que	60000450	Unidade	01	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

6 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

<p>atenda ao controle de poluentes (CONAMA, PROCONVE, MAR I) Peso operacional de 11.500 kg até 13.000kg, número de marcha 4(quatro) a frente e 3 (três) a ré; sistema de acoplamento conversor de torque, transmissão tipo PowerShift ou Hidrostática, sistema hidráulico bomba do tipo engrenagem ou pistão de fluxo variável, ângulo de articulação mínimo 38° para cada lado, capacidade mínima da caçamba 1,70 m³ e borda Cortante, com dentes e segmento aparafusado, com 2 (dois) cilindros de elevação e 1 (um) cilindro de tombamento, força de desagregação na caçamba, mínimo de 9.800 kgf, carga operacional mínima de 3.200 kg, sistema elétrico de 24 V, direção Hidráulica orbitrol ou hidrostática, manobrabilidade articulada, PNEUS traseiros e dianteiros 17.5x25 E3/L3, cabine fechada com ar condicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS, GARANTIA de 12 (doze) meses, e todas as REVISÕES de manutenção preventiva, logística, e insumos às despesas da proponente durante o período de</p>					
---	--	--	--	--	--

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

7 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

<p>garantia ou 2.000 horas, ENTREGA: tanque cheio, capacidade mínima de 175 litros, sendo a CONTRATADA responsável por todas as despesas, por danos e ou avarias do bem até a efetiva entrega na sede de cada Município participante do(s) Programa(s), a ser recebido por servidor municipal responsável pelo recebimento.. TREINAMENTO: sim, entrega técnica e treinamento a ser realizada pelo fornecedor, com fornecimento de certificado, ADESIVO ESPECÍFICO DE CADA PROGRAMA.</p>					
--	--	--	--	--	--

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 31, §1º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.

1.4. Os equipamentos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Cada item adjudicado deverá ser entregue em sua totalidade (entrega integral por item) no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da formalização da respectiva compra (emissão da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato). A contagem do prazo de entrega será independente para cada lote, de modo que o cronograma de um fornecedor não interfira na conformidade dos demais itens adquiridos.

1.7. Em observância ao art. 6º, XXIII, “a”, da Lei nº 14.133/2021 e visando a sistematicidade do instrumento, estabelece-se o seguinte regime:

- **Prorrogação de Entrega (Execução):** O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada da contratada, desde que formalizada com antecedência mínima de **30 (trinta) dias** do seu vencimento, cabendo à Administração analisar a pertinência do pleito, ressalvados casos fortuitos ou de força maior.



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

- **Prorrogação de Vigência:** Caso a prorrogação do prazo de entrega comprometa o prazo de vigência contratual (120 dias), este poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, para viabilizar a conclusão do objeto e o encerramento dos trâmites administrativos.
- **Vínculo com o Convênio:** Toda e qualquer prorrogação de prazo deverá considerar o cronograma de execução do **Convênio nº 414/2025 (SEAB)**. A dilação de prazos que extrapole a vigência do convênio dependerá de prévia anuência do órgão concedente ou de aditativação do próprio convênio, visando garantir a regularidade da execução e da respectiva prestação de contas.

1.8. Das Condições de Recebimento

Local de Entrega: Rua Irani Garcia, nº 90, Parque Industrial, CEP: 85858-740, Foz do Iguaçu – PR.

Identificação: Os equipamentos devem conter a adesivação padrão do Programa Estradas da Integração (Anexo I).

Conferência: Após a entrega, a equipe responsável realizará a conferência técnica das especificações e qualidade. A aceitação final dar-se-á com o Recebimento Definitivo, após verificação de manuais, certificados de garantia e treinamento (conforme o caso).

Logística Reversa: O fornecedor deverá orientar e garantir a destinação sustentável de embalagens e resíduos provenientes da entrega.

- 1.9. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto na Lei Orçamentária Anual 2026, conforme comprovante de cadastramento constante nos autos do processo.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O objeto desta aquisição consiste no fornecimento de **05 (cinco) equipamentos rodoviários novos**, destinados ao Programa Estradas da Integração, com o objetivo primordial de **melhorar as condições de trafegabilidade em, no mínimo, 100 km de estradas rurais do Município de Foz do Iguaçu**.



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

A solução visa apoiar as ações de Desenvolvimento Rural Sustentável, garantindo o escoamento da produção agrícola e o acesso às comunidades rurais.

O maquinário será incorporado à Patrulha Mecanizada do Município para a execução contínua de serviços de manutenção e melhoria, resultando no **aumento da produtividade agrícola e na redução da erosão do solo**. São eles:

- Item 1: Retroescavadeira 4x4
- Item 2: Escavadeira Hidráulica
- Item 3: Pá Carregadeira
- Item 4: Caminhão Caçamba Basculante 6x4

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

3.2 Ciclo de Vida do Objeto (Sustentabilidade, Manutenção e Descarte)

A aquisição dos equipamentos rodoviários considera todo o seu **Ciclo de Vida**, desde a produção até a disposição final, visando a sustentabilidade e a maximização da vida útil e do benefício público, em consonância com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

3.2.1 Fase de Produção e Aquisição (Sustentabilidade Inicial/Eficiência Tecnológica):

- **Controle de Emissões:** Os motores dos equipamentos (Retroescavadeira, Escavadeira, Pá Carregadeira e Caminhões) devem cumprir rigorosamente as normas de controle de emissão de poluentes vigentes, como **PROCONVE MAR-I (CONAMA)** e **Resolução CONAMA 490/2018 (Proconve P8, equivalente ao Euro VI)**;
- **Capacitação:** O fornecedor deverá obrigatoriamente realizar a **entrega técnica e treinamento** aos operadores do Município, com fornecimento de certificado, garantindo a correta utilização e conservação inicial dos equipamentos .

3.2.2 Fase de Uso e Manutenção (Garantia de Qualidade):

- **Manutenção Preventiva e Assistência Técnica:** Os equipamentos deverão possuir **GARANTIA mínima de 12 (doze) meses**, ou 2.000 horas de uso para os equipamentos pesados, a partir da entrega e aceitação.
- **Custo de Manutenção na Garantia:** Todas as **REVISÕES de manutenção preventiva, logística e insumos** durante o período de garantia (12 meses ou 2.000 horas/sem limite de quilometragem) serão de responsabilidade e às expensas da CONTRATADA/FORNECEDOR.



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

- **Manutenção Pós-Garantia:** Após o período de garantia, a **Divisão de Desenvolvimento Rural Sustentável** assumirá a gestão dos ativos por meio de cronograma de manutenção preventiva rigoroso, utilizando seu pátio de máquinas e pessoal técnico. A manutenção sistemática visa retardar a curva de depreciação física, mantendo o valor residual do bem elevado para futuras alienações.
- **Sustentabilidade na Operação:** O uso do novo maquinário permitirá a implementação de práticas de **conservação de solos** e a adoção de materiais reciclados, como a fresagem asfáltica, minimizando impactos ambientais durante a execução dos serviços nas estradas rurais.

3.2.3 Fase de Disposição Final (Fim de Vida Útil)

- **Gerenciamento de Resíduos Perigosos:** A execução do objeto gera resíduos de classe I (óleos usados, baterias, pneus e filtros). O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega técnica, o plano de destinação sustentável das embalagens e a política de logística reversa para componentes substituídos durante as revisões em garantia.
- **Depreciação e Alienação:** Estima-se que, ao final de 15 anos de operação intensiva, os equipamentos atinjam seu ponto de obsolescência econômica (onde o custo de manutenção supera o benefício operacional). Nesse estágio, o Município realizará a baixa patrimonial e alienação via leilão público, garantindo que os recursos retornem ao erário e que o descarte final do maquinário (como sucata ferrosa) siga os ritos da Lei nº 12.305/2010.

3.2.4. Correlação com a Finalidade Pública e o Convênio

A racionalidade desta solução garante que o benefício social do **Convênio nº 414/2025** se estenda para além da vigência do repasse financeiro. A robustez do maquinário eleito e o plano de manutenção estruturado asseguram que a infraestrutura viária rural de Foz do Iguaçu receba intervenções de qualidade, reduzindo custos de re-trabalho e garantindo o escoamento da safra por múltiplas safras subsequentes.

3.3 Aplicação do tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Em conformidade com os arts. 152 a 157 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e com a Lei Complementar nº 123/2006, verifica-se que, para o presente objeto, não será aplicável o tratamento diferenciado destinado às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas, pelos seguintes motivos:

- O objeto da contratação consiste na aquisição de maquinário rodoviário pesado novo (zero hora), sendo: caminhões caçamba basculante 6x4, pá carregadeira sobre rodas, retroescavadeira 4x4 e



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

escavadeira hidráulica, destinados ao atendimento das demandas de infraestrutura rural e escoamento da produção agrícola no Município de Foz do Iguaçu.

b) O fornecimento de equipamentos pesados desta natureza é atividade restrita a fabricantes, concessionárias e revendedores autorizados, usualmente constituídos sob a forma de sociedades de médio ou grande porte, inexistindo, no âmbito local ou regional, microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de atender às especificações técnicas e logísticas exigidas.

c) O valor unitário de cada item/equipamento ultrapassa significativamente o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido pelo Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, superando a capacidade operacional e financeira comumente observada em ME e EPP para este tipo de fornecimento especializado.

d) Não foi constatada a existência de, no mínimo, três (03) fornecedores locais ou regionais enquadrados como ME/EPP aptos a competir no certame para cada item específico, hipótese que, nos termos do art. 157 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, excepciona a aplicação do tratamento diferenciado.

3.3.2. No tocante à cota reservada de até 25% para bens de natureza divisível, prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, ressalta-se que, embora a contratação seja parcelada por itens para ampliar a competitividade, cada unidade (item) é tecnicamente indivisível e possui alto valor agregado, o que inviabiliza a reserva de frações ou cotas exclusivas para ME/EPP sem prejuízo à padronização e à integridade técnica de cada equipamento.

3.3.3. A aplicação do benefício, neste caso, não se revelaria vantajosa à Administração, podendo comprometer os princípios da economicidade, isonomia e competitividade do certame, dada a especificidade do mercado fornecedor de máquinas pesadas.

3.4. Da Vedação de Participação em Consórcio

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade técnica, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório, visto tratar-se de fornecimento de bens móveis novos com amplo mercado fornecedor, sendo a vedação decorrente de ato discricionário da Administração Municipal.

Ademais, não se revela vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio neste objeto específico, tendo em vista que estas passariam a ter responsabilidade solidária por atos praticados ao longo da execução do contrato, em especial no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias. Tal condição traria riscos desnecessários para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do cronograma vinculado ao Município caso uma das consorciadas sofra bloqueios judiciais de valores financeiros para pagamento de dívidas.

Conforme o entendimento de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: lei 14.133/21, 2021, p. 293), a Administração usualmente só autoriza consórcios quando a complexidade do objeto ou as dimensões do mercado exigem tal associação para preencher condições especiais, o que não se aplica ao caso vertente. No mesmo sentido, o Tribunal de Contas



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

da União (Acórdão 2395/2010 – Plenário) destaca que a opção pelo consórcio justifica-se apenas para aumentar a competitividade em face da complexidade ou peculiaridades do mercado, premissas que não se fazem presentes nestes autos, especialmente diante do parcelamento do objeto que já assegura a ampla disputa entre fornecedores especializados.

3.5. Da Estratégia de Adjudicação e Indivisibilidade dos Lotes

A opção pelo julgamento e adjudicação por itens (ou lotes independentes) fundamenta-se na nítida distinção entre as cadeias produtivas envolvidas no objeto. O mercado de caminhões (setor automotivo de carga) e o de máquinas de "linha amarela" (escavação e movimentação de terra) possuem estruturas de comercialização, redes de assistência e políticas de garantia que raramente convergem para um único fornecedor direto. A imposição de um lote único criaria uma barreira artificial de entrada, forçando a participação de intermediários (tradings), o que elevaria o custo final e contrariaria o princípio da economicidade e a Súmula nº 247 do TCU. Sob o aspecto técnico, os equipamentos possuem autonomia funcional absoluta, e o parcelamento mitiga riscos de desabastecimento, garantindo a execução do cronograma vinculado ao Convênio SEAB nº 414/2025.

Não obstante a estratégia de parcelamento do objeto global, cada lote individualizado constitui uma unidade mínima e indivisível de participação. Portanto, a adjudicação dar-se-á pelo preço global do lote (ou item), sendo vedada a participação parcial ou o fracionamento dos quantitativos previstos dentro de um mesmo item. Essa medida justifica-se pela necessidade de padronização técnica, garantindo que os equipamentos de uma mesma categoria possuam características idênticas, o que facilita a operação e o treinamento das equipes da SMDE. Além disso, a indivisibilidade interna visa a eficiência logística e de manutenção, viabilizando que a assistência técnica e o fornecimento de peças de reposição sejam centralizados em um único representante para cada grupo de máquinas, otimizando a gestão dos contratos, a garantia de fábrica e preservando a economia de escala para a Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Condições e Especificações dos Equipamentos: a) Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso (zero hora), última série de fabricação, sendo admissível fabricação a partir do segundo semestre de 2024 ou superior, conforme especificações constantes do Plano de Trabalho do Convênio nº 414/2025. b) Os equipamentos deverão atender integralmente às normas ambientais vigentes de controle de emissão de poluentes: PROCONVE MAR-I / CONAMA (para Retroescavadeira, Escavadeira e Pá Carregadeira) e CONAMA 490/2018 - Proconve P8/Euro VI (para os Caminhões). c) Os equipamentos pesados (máquinas) deverão possuir cabine fechada com ar-condicionado de fábrica e certificação de segurança ROPS/FOPS. d) Cada equipamento deverá possuir GARANTIA mínima de 12 (doze) meses, abrangendo peças, mão de obra, logística, deslocamento, insumos e todas as revisões preventivas exigidas pelo fabricante, sem ônus adicional para a Administração Municipal durante este período (ou 2.000 horas para as máquinas, o que ocorrer primeiro, se aplicável conforme manual). e) O fornecedor deverá assegurar rede de assistência técnica autorizada, apta a atender chamados de manutenção corretiva e preventiva em até



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

72 (setenta e duas) horas, visando garantir a operacionalidade dos equipamentos . f) Os equipamentos deverão ser entregues prontos para uso, **adesivados conforme o programa**, revisados e com tanque cheio (capacidade máxima de combustível). No caso dos caminhões, devem ser entregues devidamente licenciados e emplacados em nome do Município de Foz do Iguaçu. g) Deverá ser realizada a entrega técnica e treinamento de operação e manutenção diária aos servidores designados pela Administração, com fornecimento de certificado de participação.

4.2. Apresentação de Catálogo Técnico Na fase de habilitação/proposta, a licitante deverá apresentar catálogo oficial do fabricante, manuais ou fichas técnicas em língua portuguesa (ou tradução juramentada, se estrangeiro), contendo as características técnicas detalhadas dos equipamentos ofertados (potência do motor, peso operacional, capacidade de carga/caçamba), de forma a permitir a conferência do atendimento integral às especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado.

4.3. Outros Requisitos de Qualidade e Conformidade a) Os caminhões e as máquinas (no que couber) deverão estar em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e resoluções do CONTRAN, possuindo todos os itens obrigatórios de segurança (sinalização, alarmes de ré, cintos, etc.). b) **Não serão aceitos**, sob hipótese alguma, equipamentos reconicionados, usados, reformados, de mostruário ou com data de fabricação anterior ao segundo semestre de 2024. c) A contratada será responsável por quaisquer despesas decorrentes de transporte, seguro, frete, carregamento e descarregamento até a entrega final no **Município de Foz do Iguaçu/PR**, em local a ser designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Agricultura. d) Os equipamentos deverão ser entregues com adesivação padrão do Programa Estradas da Integração, conforme imagem abaixo e em anexo (I):



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db

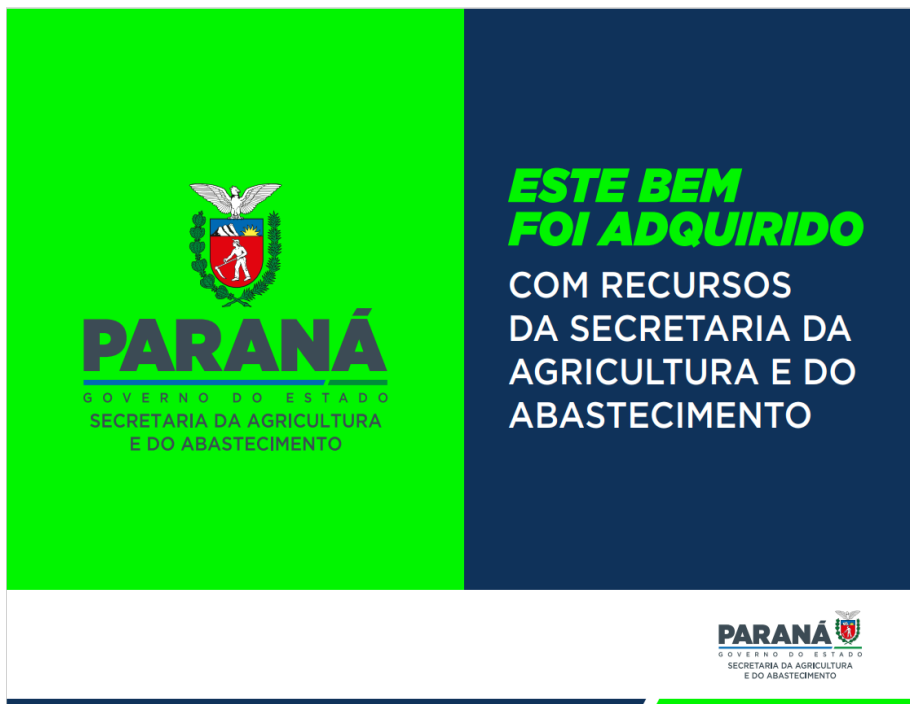


976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu



Observação: Conforme informado pela Gestora do Convênio, o tamanho mínimo do adesivo é de 297 mm x 420 mm. No entanto, dependendo do tamanho do equipamento, o adesivo poderá ser redimensionado para um formato maior.

• Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Eficiência Energética e Controle de Emissões: Os equipamentos ofertados deverão obrigatoriamente atender aos limites de emissão de poluentes e ruídos estabelecidos pelo CONAMA. Para os caminhões, exige-se o atendimento à Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE P8 / Euro VI). Para as máquinas agrícolas/rodoviárias (Retroescavadeira, Escavadeira e Pá Carregadeira), exige-se o atendimento à certificação PROCONVE MAR-I ou superior.

4.1.2. Gerenciamento de Resíduos Pós-Consumo (Logística Reversa): A contratada deverá responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada de pneus, baterias, óleos lubrificantes e filtros substituídos durante as revisões de garantia, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>

936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db

976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

4.1.3. **Economia de Insumos:** A contratada deverá disponibilizar os manuais de operação, manutenção e catálogos de peças preferencialmente em formato digital (PDF), além da via física obrigatória que acompanha o equipamento, visando a redução do consumo de papel.

- **Indicação de marcas ou modelos** (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação **não será admitida a indicação de marca ou modelo específico**. A descrição do objeto contida neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho anexo apresenta especificações técnicas, de desempenho e de produtividade suficientes para garantir a qualidade da contratação sem restringir a competição. Caso haja menção a alguma marca em catálogos de referência ou cotações anexas ao processo, esta deve ser entendida apenas como parâmetro de qualidade, admitindo-se qualquer modelo que seja “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, desde que atenda a todas as especificações mínimas exigidas.

- **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Diante da inexistência de registros de sanções ou processos administrativos anteriores que desabonem marcas específicas para este tipo de objeto no âmbito deste órgão, a Administração **não fará vedação prévia** de marcas ou produtos, desde que os equipamentos ofertados sejam novos, de primeiro uso e atendam integralmente às especificações do edital.

- **Da exigência de amostra**

Não haverá exigência de amostra física prévia para a presente contratação, pois trata-se da aquisição de equipamentos rodoviários de grande porte e alto valor agregado, cuja logística para apresentação de amostras na fase de licitação seria excessivamente onerosa e restritiva à competitividade. A verificação da conformidade será realizada nas seguintes etapas:

1. **Análise de Proposta e Catálogos:** Durante a fase de seleção, será exigida a apresentação de catálogos técnicos originais do fabricante, manuais ou fichas técnicas que comprovem que o modelo ofertado atende a todas as características exigidas (potência, peso operacional, capacidade de caçamba, normas de emissão, etc.).
2. **Entrega Técnica e Aceite Provisório:** No momento da entrega, será realizada a conferência física e funcional do bem por servidor responsável e/ou Comissão de Recebimento, verificando se o equipamento é novo (zero hora) e se corresponde ao modelo aprovado.
3. **Conformidade na Entrega:** Caso o equipamento entregue não esteja em conformidade com a proposta vencedora e as especificações deste Termo de Referência, o mesmo será recusado, devendo a contratada providenciar sua substituição no prazo estipulado contratualmente, sem ônus para a Administração.

- **Subcontratação**



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de equipamentos rodoviários, devendo a licitante vencedora responsabilizar-se integralmente pela entrega, faturamento, garantia de fábrica e assistência técnica. A fragmentação de responsabilidades poderia comprometer a eficácia da garantia e o suporte técnico durante a vida útil do bem.

- **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega para cada item adjudicado é de 90 (noventa) dias, contados da formalização da respectiva compra (emissão da Nota de Empenho ou assinatura do Contrato), devendo a entrega ocorrer de forma integral para cada lote. Após a formalização, o fornecedor vencedor de cada item deverá garantir a entrega do equipamento dentro do prazo acordado, em perfeitas condições de uso e funcionamento, obrigatoriamente acompanhado dos documentos necessários, tais como manual do proprietário em português, certificado de garantia, entre outros correlatos. A equipe técnica responsável realizará a conferência individualizada de cada equipamento, verificando rigorosamente o cumprimento das especificações estabelecidas no edital e a qualidade do bem entregue. Adicionalmente, cada fornecedor deverá prestar informações sobre a destinação sustentável de embalagens e resíduos provenientes do seu respectivo processo de entrega, em total alinhamento aos princípios da logística reversa e às normas ambientais vigentes.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os equipamentos deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Irani Garcia, nº 90, Parque Industrial. CEP: 85858-740. Foz do Iguaçu - PR, com adesivação padrão do Programa Estradas da Integração, conforme imagem (anexo I) :**

- **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. Os equipamentos adquiridos deverão ser acompanhados de garantia técnica mínima de **12 (doze) meses ou 2.000 horas**, com cobertura integral para defeitos de fabricação, vícios ocultos e falhas relacionadas ao uso normal do bem. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia pelo período restante, assegurando que os equipamentos sejam mantidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

5.5. Dada a natureza e o porte do maquinário, que inviabilizam o deslocamento constante para manutenções rotineiras, a garantia será prestada obrigatoriamente sob o regime de **atendimento in loco**. Isso implica que, uma vez acionado, o fornecedor deverá deslocar sua equipe técnica até o local de operação do equipamento ou ao pátio da Administração em Foz do Iguaçu/PR, assumindo integralmente todos os **custos de deslocamento, alimentação, estada e horas técnicas** de seus funcionários.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos equipamentos pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Para garantir a agilidade no suporte e a continuidade do Programa Estradas da Integração, o fornecedor deverá possuir rede autorizada de oficinas ou concessionárias localizadas em um raio de, no máximo, **150 km de Foz do Iguaçu/PR**. Esta estrutura deverá ser capaz de realizar a manutenção corretiva, que compreende a substituição de peças, ajustes e reparos necessários. As peças substituídas deverão ser obrigatoriamente novas e originais, devendo o fornecedor assegurar a correta destinação dos componentes removidos, em conformidade com os princípios da **logística reversa**.

5.10. Uma vez notificado sobre qualquer vício ou defeito, o Contratado terá o prazo de até **30 (trinta) dias úteis** para concluir os reparos, contados a partir da data da vistoria inicial. Caso a complexidade do reparo exija a remoção do bem para a oficina autorizada, todos os custos de transporte — incluindo a contratação de caminhão-prancha e seguros — serão de responsabilidade exclusiva do Contratado.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

• Da Logística Reversa

5.16. O fornecedor deverá prever um plano de logística reversa para a destinação adequada dos equipamentos ao final de sua vida útil, garantindo a minimização de impactos ambientais e com informações claras sobre a rede autorizada de oficinas e prestadores de serviço para manutenção preventiva e corretiva do veículo, durante o ciclo de vida do bem, bem como sobre a correta destinação de peças substituídas, em conformidade com os princípios da logística reversa.

5.17. O fornecedor também deverá fornecer informações sobre a destinação sustentável de embalagens e resíduos provenientes do processo de entrega, alinhando-se aos princípios da logística reversa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as disposições da Lei 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias serem devidamente registradas no processo administrativo.

As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos institucionais, desde que assegurada a rastreabilidade e o registro formal das interações.

Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre a Administração e a contratada, com o objetivo de alinhar as condições de execução do objeto, apresentar o plano de fiscalização e esclarecer as obrigações contratuais, os mecanismos de acompanhamento da execução, os procedimentos de verificação de conformidade, os critérios de recebimento do objeto e as eventuais sanções aplicáveis.

Atores da gestão e fiscalização contratual



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes públicos formalmente designados pela Administração, observadas as competências definidas na legislação municipal, compreendendo, no mínimo, as seguintes funções:

Gestor do contrato:

Responsável pela coordenação geral da execução contratual, pela articulação entre as áreas administrativas envolvidas, pelo acompanhamento do cumprimento do objeto e pela adoção das providências necessárias para assegurar que os resultados pretendidos pela contratação sejam alcançados.

Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato;
- coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual;
- avaliar a necessidade de alterações contratuais, quando cabíveis;
- adotar providências para formalização de termos aditivos ou apostilamentos;
- elaborar relatório final sobre a execução do contrato e o alcance dos objetivos da contratação.

Fiscal técnico do contrato:

Responsável pelo acompanhamento direto da execução do objeto, verificando a conformidade técnica dos equipamentos entregues com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da contratada e no contrato.

Compete ao fiscal técnico:

- acompanhar a entrega dos equipamentos;
- verificar o atendimento às especificações técnicas exigidas;
- registrar ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- notificar a contratada para correção de irregularidades ou inconsistências identificadas;
- comunicar ao gestor do contrato eventuais situações que ultrapassem sua competência.

Fiscal administrativo do contrato:

Responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos e documentais da execução contratual.



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

Compete ao fiscal administrativo:

- verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- acompanhar os procedimentos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento da despesa;
- controlar prazos contratuais, garantias, eventuais glosas e formalização de termos aditivos ou apostilamentos;
- comunicar ao gestor do contrato eventuais irregularidades administrativas ou documentais.

Verificação da conformidade da execução

A verificação da conformidade dos equipamentos fornecidos será realizada pela fiscalização técnica, mediante:

- conferência das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- verificação da documentação técnica, certificados e garantias dos equipamentos;
- inspeção física dos equipamentos no momento da entrega;
- verificação do atendimento às normas ambientais e de emissões vigentes;
- conferência da integridade dos equipamentos e de seus componentes;
- registro formal das condições de entrega no processo de fiscalização contratual.

Recebimento provisório e definitivo

O recebimento dos equipamentos observará as seguintes etapas:

Recebimento provisório:

Será realizado no momento da entrega dos equipamentos, mediante conferência preliminar da quantidade, da integridade física dos bens e da documentação apresentada pela contratada, sendo formalizado por registro próprio realizado pelo fiscal técnico do contrato.

Recebimento definitivo:

Ocorrerá após a verificação completa da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, incluindo verificação de funcionamento, documentação técnica e cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

O recebimento definitivo será formalizado mediante manifestação da fiscalização técnica e ratificação pelo gestor do contrato.

Manutenção das condições contratuais

Durante toda a execução do contrato, a contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

A Administração realizará verificações periódicas quanto à regularidade fiscal, trabalhista e jurídica da contratada, bem como quanto ao cumprimento das obrigações contratuais relacionadas à garantia, assistência técnica e demais requisitos estabelecidos no edital e no contrato.

Integração da gestão contratual com o convênio

Considerando que a presente contratação está vinculada ao Convênio SEAB nº 414/2025, a gestão contratual deverá observar também os procedimentos específicos de monitoramento e controle relacionados ao ajuste convenial.

Nesse sentido, caberá ao gestor do contrato assegurar:

- a aderência da execução contratual ao Plano de Trabalho aprovado no convênio;
- o acompanhamento dos prazos de execução física e financeira;
- o registro documental das etapas necessárias à prestação de contas;
- a manutenção da documentação comprobatória da execução contratual;
- o atendimento às exigências de fiscalização eventualmente realizadas pelo órgão concedente ou pelos órgãos de controle.

O acompanhamento adequado da execução contratual e a organização dos registros administrativos contribuirão para garantir a regularidade da execução do convênio e a adequada comprovação da aplicação dos recursos públicos.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

• Do Recebimento

7.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

- a) **provisoriamente**, dar-se-á no ato da entrega dos equipamentos no local designado, mediante a lavratura de termo circunstanciado por servidor ou comissão designada. Nesta fase, será realizada apenas a conferência sumária da quantidade e da integridade aparente dos bens, bem como a conferência das notas fiscais e documentos de garantia.
- b) **definitivamente**, ocorrerá no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante a lavratura de Termo de Aceite Definitivo. Este prazo destina-se à verificação integral da conformidade técnica, documental e funcional dos equipamentos, assegurando que os mesmos atendem rigorosamente às especificações deste TR e do Plano de Trabalho do Convênio.

7.2. A regularidade do recebimento definitivo é condição indispensável para a liquidação da despesa e o consequente desembolso dos recursos vinculados ao **Convênio nº 414/2025 (SEAB)**.

7.3. O pagamento só será autorizado após a emissão do Termo de Aceite Definitivo, acompanhado da documentação comprobatória exigida pelo órgão concedente (SEAB), incluindo fotos dos equipamentos devidamente identificados com as placas e adesivos do programa "Estradas da Integração", quando couber.

7.4. O recebimento definitivo fica condicionado à verificação técnica e funcional, que compreenderá, no mínimo: **Conformidade Técnica:** Verificação de todos os itens de série e opcionais descritos na proposta e neste TR (marca, modelo, potência, ano de fabricação e acessórios); II. **Verificação Funcional:** Realização de testes de funcionamento de todos os sistemas (hidráulico, elétrico, mecânico e de segurança), operando o equipamento em carga, se necessário, para atestar sua plena capacidade operacional; III. **Conformidade Documental:** Entrega dos manuais de operação e manutenção em português, certificados de garantia, notas fiscais eletrônicas e, quando for o caso, documentação necessária para o emplacamento junto ao DETRAN.

7.5. Caso os equipamentos apresentem qualquer desconformidade técnica ou vício de funcionamento durante os testes, o prazo para recebimento definitivo será suspenso. A Contratada deverá sanar as irregularidades em até **05 (cinco) dias úteis**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante justificativa fundamentada e aceitação pela Administração, desde que a complexidade técnica do vício assim o exija, sob pena de recusa do objeto e aplicação das sanções previstas no edital.

7.6. A responsabilidade pela guarda e integridade do bem permanece com a Contratada até a assinatura do Termo de Aceite Definitivo pela Administração Municipal.

7.7. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto ou prestado o serviço, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

7.8. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

7.9. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.

7.10. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.11. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.12. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.13. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.

7.14. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:

I - Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;

II - Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços ou fornecimento parcelado até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

7.19. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.20. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.21. Comunicar-se-á à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.22. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.23. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.24. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.25. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.26. A gestão do contrato será exercida pelo servidor **Jhean Carlos Maran**, matrícula nº 22261.02, Diretor de Agropecuária, e a Fiscalização do Contrato pela servidora **Karine Martini Machado**, matrícula nº 22960.01, Médico Veterinário Júnior.

• Liquidação

7.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.28. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

7.29. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

- 7.29.1. O prazo de validade;
- 7.29.2. A data da emissão;
- 7.29.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.29.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 7.29.5. O valor a pagar; e
- 7.29.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, **reiniciando-se o prazo** após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.31. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.32. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.33. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.34. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.35. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.36. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

● Prazo de Pagamento

7.37. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.38. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.39. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db
976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

7.40. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

• Forma de pagamento

7.41. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.44. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.45. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

• Do Critério de Reajuste/Repactuação

7.46. O contratado sofrerá reajuste quando houver o transcurso de doze meses a contar da data da apresentação da proposta, sendo ajustado o índice **INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)** para fins de reajuste.

7.47. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

7.48. A omissão da contratada quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

• Qualificação Técnica



Prefeitura do Município de Foz

do Iguaçu

8.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

- *Nota: O atestado deve referir-se ao fornecimento de equipamentos rodoviários pesados ou caminhões (conforme o lote).*

8.2. Declaração formal da licitante de que possui rede de assistência técnica autorizada ou própria, capaz de atender as exigências de garantia e revisões preventivas no Estado do Paraná, conforme exigido nas especificações do objeto.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
Caminhão basculante 6x4, caçamba com volume mínimo de 10m³.	Unidade	02	R\$ 850.000,00	R\$ 1.700.000,00
Retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, motor diesel, potência mínima 85 HP.	Unidade	01	R\$ 485.000,00	R\$ 485.000,00
Escavadeira hidráulica tipo rodagem. Esteira, potência mínima de 99 HP	Unidade	01	R\$ 828.357,90	R\$ 828.357,90
Pá-carregadeira, zero-hora, tração nas 4 rodas, motor 6 cilindros, turboalimentado, potência mínima 160 HP, capacidade de caçamba ≥ 2,2m³.	Unidade	01	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00

9.1.O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 3.763.357,90 (três milhões, setecentos e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), cuja engenharia financeira dar-se-á da seguinte forma:

* **Recursos de Repasse:** O montante de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) será custeado com recursos provenientes do Convênio nº 414/2025, firmado com o Estado.

* **Contrapartida Municipal/Complementação:** A diferença de R\$ 63.357,90 (sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos), bem como eventuais variações decorrentes da fase de lances que superem o limite do repasse, serão integralmente suportadas por recursos próprios do Município.



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

* **Dotação Orçamentária:** Para tanto, já se encontra reservada a dotação orçamentária sob o código: 20.007.20.606.0200.2093.4.4.90.52.1.505, conforme Nota de Reserva/Empenho prévio constante nos autos, garantindo a plena disponibilidade financeira para a execução do objeto.

9.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços devidamente formalizada**, considerando cotações obtidas junto a fornecedores do mercado, consultas a bases oficiais e análise de compatibilidade técnica dos equipamentos, adotando-se o **critério do menor preço exequível**, conforme detalhamento constante no **Relatório de Pesquisa de Preços**, anexo ao processo.

9.3. Foram desconsiderados valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com as especificações técnicas do objeto, de modo a assegurar a aderência aos preços praticados no mercado e a vantajosidade da contratação para a Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade premente de renovação/ampliação da frota de maquinários destinados à manutenção de estradas rurais, conforme as diretrizes do Programa Estradas da Integração. A vantajosidade para a Administração Municipal é evidenciada pela natureza híbrida do aporte financeiro, onde a maior parcela dos recursos (aproximadamente 98%) provém de repasse fundo a fundo do Estado do Paraná via Convênio nº 414/2025.

10.2. A pesquisa de mercado demonstra que os valores estimados guardam estrita compatibilidade com os preços praticados no setor para equipamentos de alta performance. Além disso, a aquisição via certame licitatório próprio assegura a seleção da proposta mais vantajosa (menor preço), garantindo que o recurso público, tanto estadual quanto municipal, seja aplicado com máxima eficiência e economia de escala.

10.3. Declara-se, para fins do art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/2021 e art. 98, X, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, que a despesa objeto deste Termo de Referência possui plena adequação orçamentária e financeira, estando em conformidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Foz do Iguaçu para o exercício vigente.

Em conformidade com o planejamento estratégico da pasta, a contratação foi objeto de pedido de inclusão superveniente no PCA 2026, conforme autorização exarada no **Memorando nº 26189/2026**. Embora a atualização no sistema GovPlan esteja em trâmite, a continuidade do certame justifica-se pela necessidade de viabilizar a execução tempestiva dos recursos do **Convênio SEAB nº 414/2025**, evitando prejuízos ao erário por perda de prazos conveniados.

10.4. Segregação de Fontes e Engenharia Financeira:

As despesas correrão à conta de recursos específicos, segregados de acordo com a governança exigida pelo Convênio nº 414/2025:



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

a) **Fonte Vinculada (Estado/SEAB):** R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais).

* Dotação: 20.007.20.606.0200.2093.4.4.90.52.1.2025

b) **Fonte Própria (Contrapartida Municipal):** R\$ 63.357,90 (sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos) valor destinado a custear o excedente do repasse estadual e garantir a execução integral do objeto.

* Dotação: 20.007.20.606.0200.2093.4.4.90.52.1.505

10.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se necessária devido ao cronograma de execução do Convênio (vigência de 28 meses), será indicada após a aprovação da respectiva LOA, mediante apostilamento, garantindo a continuidade do fluxo financeiro pactuado no Plano de Trabalho.

Datado e assinado digitalmente

Elaborado por:

Gilberto Antônio Alberti
Técnico em Agricultura Sênior

Karine Martini Machado
Médica Veterinária Júnior

Aprovado por:
Osmar Santini Júnior
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Agricultura



936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

30 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>

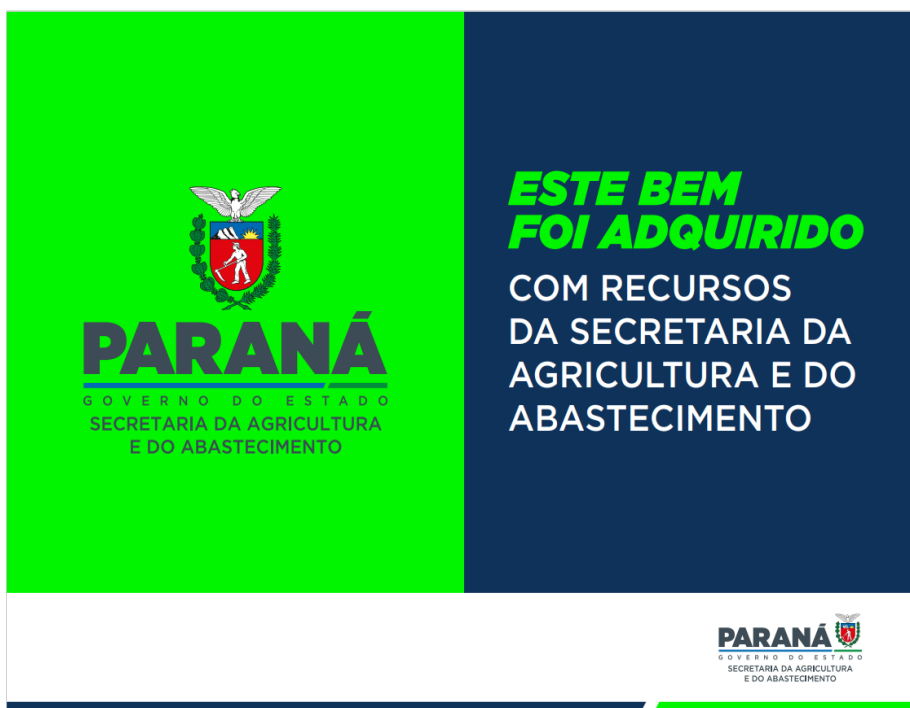


Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>

Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ
do Iguaçu

ANEXO I



“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

31 / 31



Autenticado com senha por OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 28/04/2026 às 12:54:20, GILBERTO ANTONIO ALBERTI - SIGNATÁRIO - 28/04/2026 às 13:05:10 e KARINE MARTINI MACHADO - MÉDICO VETERINÁRIO - 28/04/2026 às 13:59:32
Documento Código: 936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>



Autenticado com senha por LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 04/05/2026 às 10:47:52 e OSMAR SANTINI JUNIOR - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E AGRICULTURA - SMDE - 04/05/2026 às 14:02:14
Documento Código: 976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **6/2026**

Assunto: **TR ATUALIZADA MAQUINARIO CONVENIO SEAB.**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
936c43ae-a451-4db4-a305-b1278bbb52db

Hash do Documento

5B0322C50C311A5856A2BBB0E8503BAE5A0129D490787EEB0541CBD769F9D570

Anexos

TR - TERMO DE REFERÊNCIA.DOCX (3).pdf - **1e69dc54-38b2-4cec-b59f-307330c3fc66**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2026 é(são) :

OSMAR SANTINI JUNIOR (Signatário) - CPF: ***14343994** em 28/04/2026 12:54:20 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

KARINE MARTINI MACHADO (Signatário) - CPF: ***70580050** em 28/04/2026 13:59:32 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

GILBERTO ANTONIO ALBERTI (Signatário) - CPF: ***84552015** em 28/04/2026 13:05:10 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° XXX/2026

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas n° 280, inscrita sob o CNPJ/MF n° 76.206.606/0001-40, doravante CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Silva e Luna e, XXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° XXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante CONTRATADA, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa. Considerando, as atribuições legais conferidas ao gestor municipal e, em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições à seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a *aquisição de equipamentos rodoviários novos (zero hora), destinados a atender às demandas da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, no âmbito do Programa Estradas da Integração, conforme Convênio n° 414/2025 celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, conforme as especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e seus anexos, oriundo do Pregão Eletrônico n° .../2026, tendo em vista o que consta no Processo Digital n° 10507/2026 e seus anexos.*

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na forma da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME n° 73, de 30 de setembro de 2022 e suas alterações e demais disposições legais, no que couber.

Vinculam à esta contratação, independentemente de transcrição e anexação, o Termo de Referência, o Edital da Licitação supracitada; a Proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos supracitados.

Parágrafo Primeiro - Será incorporada a este contrato, mediante Termos Aditivos, qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com as especificações técnicas, condições estabelecidas no edital, seus anexos e nas normas administrativas aplicáveis do CONTRATANTE

Parágrafo Segundo - A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da lei específica e a totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - O Sistema Eletrônico Oficial Municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento é o SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A assinatura eletrônica e a elaboração deste documento estão amparadas pelo Decreto n° 28.900, de 20 de janeiro de 2021; Lei n° 4.536, de 4 de setembro de 2017, que autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos

Página 1 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº 3.971, de 17 de Abril de 2012 e 4.057, de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor estimado para o fornecimento do objeto contratual, será de R\$ _____
(_____), valor à ser empenhado à(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

- 20.007.20.606.0200.2093.4.4.90.52.1.2025 (Estado do Paraná - SEAB)
- 20.007.20.606.0200.2093.4.4.90.52.1.505 (Contrapartida do Município).

CLÁUSULA QUARTA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PRAZO E FORMA PARA PAGAMENTO

1. Recebida a Nota Fiscal ou Fatura (doravante denominada “Nota Fiscal”), iniciar-se-á o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação da despesa, na forma desta seção, prorrogáveis nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e quando os credores forem microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa, nos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo para liquidação será reduzido pela metade.
3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal contém os elementos essenciais, tais como:
 - 3.1 O prazo de validade;
 - 3.2 Data da emissão;
 - 3.3 Dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
 - 3.4 Período respectivo de execução do contrato;
 - 3.5 Valor a pagar;
 - 3.6 Destaque dos valores de retenções tributárias cabíveis.
4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus à CONTRATANTE.
5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou, subsidiariamente, ao SICAF, ou ainda mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
6. A Administração deverá verificar:
 - a) A manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) Eventual impedimento para contratar com o Poder Público;
 - c) Ocorrências impeditivas, inclusive indiretas.

Página 2 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7. Constatada irregularidade da CONTRATADA, será realizada sua notificação para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou apresente defesa, admitida uma prorrogação por igual período, a critério da Administração.
8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE comunicará os órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, para adoção das medidas cabíveis.
9. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até a decisão final sobre eventual rescisão contratual.

PAGAMENTO:

11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.
12. Na hipótese de estado de calamidade pública, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento, o prazo será suspenso até a regularização, mantendo-se a ordem cronológica.
13. Em caso de insuficiência de recursos financeiros, poderá ser realizado pagamento parcial, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
14. O atraso no pagamento ensejará a incidência de atualização monetária sobre o valor devido, calculada com base na média aritmética simples entre o INPC/IBGE e o IGP-DI/FGV, proporcional aos dias de atraso.

FORMA DE PAGAMENTO:

15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta indicada pela CONTRATADA.
16. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS:

17. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.
18. A retenção do Imposto de Renda – IR será realizada conforme o Decreto Municipal nº 31.634/2023, a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e alterações posteriores.
19. Não estarão sujeitos à retenção do IR os casos previstos no art. 4º da Instrução Normativa mencionada, observadas as disposições do decreto municipal.
20. As pessoas jurídicas beneficiárias de isenção, não incidência ou alíquota zero deverão informar essa condição na Nota Fiscal, inclusive com o enquadramento legal, sob pena de retenção integral.
21. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente tal condição.

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:

22. É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, conforme o Decreto Municipal nº 21.524/2012 e o Protocolo ICMS 42/2009.
23. Deverão constar na Nota Fiscal: número do empenho, dados bancários, descrição dos itens, quantidades, valores e o respectivo atesto de recebimento do objeto.

Página 3 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

24. Para fins de pagamento, deverá ser apresentada a documentação de regularidade fiscal, incluindo certidões federais, estaduais e municipais, FGTS e trabalhista.
25. O Gestor e o Fiscal do contrato deverão verificar, analisar e atestar a conformidade da Nota Fiscal e dos documentos apresentados, em relação ao contrato e ao Termo de Referência, certificando a execução dos serviços ou fornecimento dos produtos.
26. Caso a Nota Fiscal apresente erros, irregularidades ou não esteja acompanhada da documentação exigida, ou ainda quando o objeto não estiver em conformidade com o contratado, o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da situação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

1. O prazo de vigência do presente contrato será de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa e interesse da Administração.
2. O prazo para entrega dos equipamentos será de 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente as condições e especificações estabelecidas no edital, no Termo de Referência e neste contrato.
3. A execução contratual deverá observar, obrigatoriamente, o cronograma físico-financeiro e o prazo de vigência do Convênio nº 414/2025, celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, não podendo ultrapassar os limites nele estabelecidos.
4. Na hipótese de prorrogação do convênio, poderá ser admitida a prorrogação da vigência contratual, desde que devidamente formalizada e justificada, observadas as disposições legais aplicáveis.
5. Eventuais atrasos na execução do objeto deverão ser formalmente justificados e serão analisados pela Administração, podendo ensejar a aplicação das sanções previstas neste contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovada.

CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 32.398/2024, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.
3. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, admitido o uso de meio eletrônico, desde que assegurada a sua formalização.
4. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para reunião inicial, destinada ao alinhamento da execução contratual, incluindo obrigações, mecanismos de fiscalização, forma de acompanhamento e eventuais indicadores de desempenho.

Página 4 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5. Execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
6. Compete ao fiscal do contrato:
 - 6.1 Acompanhar a execução do objeto, assegurando o cumprimento das condições contratuais;
 - 6.2 Registrar todas as ocorrências relevantes em histórico próprio;
 - 6.3 Notificar a CONTRATADA para correção de irregularidades, fixando prazo;
 - 6.4 Comunicar ao gestor do contrato situações que demandem decisão superior;
 - 6.5 Informar, em tempo hábil, fatos que possam comprometer a execução contratual;
 - 6.6 Verificar a conformidade do objeto entregue com as especificações contratuais.
7. Compete ao gestor do contrato:
 - 7.1 Coordenar as atividades de fiscalização;
 - 7.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais;
 - 7.3 Adotar providências para saneamento de irregularidades;
 - 7.4 Promover a instrução de processos administrativos, inclusive para aplicação de sanções;
 - 7.5 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
 - 7.6 Controlar os aspectos administrativos do contrato, incluindo empenho, pagamento e alterações contratuais;
 - 7.7 Elaborar relatório final de execução contratual.
8. O fiscal e o gestor poderão, sempre que necessário, convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências imediatas relacionadas à execução do contrato.
9. As atividades de gestão e fiscalização observarão, no que couber, as disposições do Termo de Referência e da legislação municipal aplicável.
10. A atuação do fiscal e do gestor não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

1. A fiscalização comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências que forem verificadas nos itens entregues, para correção, sem prejuízos das sanções cabíveis;
2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
3. Não serão aceitos pela Fiscalização itens que não satisfaçam às condições do Termo de Referência;
4. **A designação dos agentes públicos indicados para o desempenho da fiscalização foi fundamentada no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, e conforme o Art. 22, inciso VI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, segue dados dos gestores e fiscais ao final subscritos, bem como do Ordenador de Despesas, Osmar Santini Junior.**
5. **A gestão do contrato será exercida pelo servidor Jhean Carlos Maran, matrícula nº 22261.02, Diretor de Agropecuária.**

Página 5 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6. A fiscalização do contrato será exercida pela servidora Karine Martini Machado, matrícula nº 22960.01, Médico Veterinário Júnior.
7. No exercício de suas funções, eles incumbirão providências para o acompanhamento e a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas para a execução regular e efetiva dos trabalhos por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

1. O prazo de entrega dos equipamentos é de 90 dias, contados da formalização da compra, em remessa única.
2. Após a formalização da compra, o fornecedor deverá garantir a entrega dos equipamentos dentro do prazo acordado, em perfeitas condições de uso, acompanhado dos documentos necessários, como manual do proprietário, certificado de garantia, entre outros. A equipe responsável realizará a conferência dos equipamentos, verificando o cumprimento das especificações estabelecidas e a qualidade do bem entregue.
3. O fornecedor também deverá fornecer informações sobre a destinação sustentável de embalagens e resíduos provenientes do processo de entrega, alinhando-se aos princípios da logística reversa.
4. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE, de forma tempestiva e devidamente justificada, antes do vencimento do prazo contratual, para análise de eventual prorrogação, nos termos da legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.
5. Os equipamentos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Irani Garcia, nº 90. Parque Industrial. CEP: 85858-740. Foz do Iguaçu - PR, com adesivação padrão do Programa Estradas da Integração, conforme imagem (anexo I) constante do Termo de Referência/Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
2. Substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do Termo;
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
4. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
5. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Página 6 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.
7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
8. Fornecer o produto conforme determinações e normas do CONTRAN, com todos os dispositivos de segurança;
9. Fornecer o produto conforme determinações e normas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, com todos os dispositivos de segurança;
10. **Fazer cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (inciso XVII, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021);**
11. **A obrigação, da CONTRATADA, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (inciso XVI, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021).**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Rejeitar todo ou em partes o objeto licitado que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Termo de Referência/edital;
2. Providenciar o pagamento à CONTRATADA conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital de Licitação.
3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, por meio de servidores especialmente designados, conforme constante nos termos da Lei nº 14.133/2021.
4. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.
5. Responder a solicitações, desde que feitas em tempo hábil e por escrito da CONTRATADA.
6. Eventuais solicitações não implicarão em prorrogação dos prazos estipulados no Termo de Referência.
7. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições ou irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, fixando prazo para a sua correção.
8. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a entrega dos bens e/ou esclarecimento sobre os serviços ofertados.
9. Analisar e autorizar a prorrogação de prazo de manutenção solicitado pela CONTRATADA para realização dos serviços.
10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Página 7 de 15



976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11. O CONTRATANTE providenciará a publicação do resumo deste contrato no Diário Oficial do Município (sítio eletrônico oficial), sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Os equipamentos adquiridos deverão ser acompanhados de garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura para defeitos de fabricação e demais falhas relacionadas ao uso normal do veículo. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá garantir o atendimento e a manutenção corretiva do veículo, caso necessário, sem custos adicionais.
2. Além disso, o fornecedor deverá fornecer informações claras sobre a rede autorizada de oficinas e prestadores de serviço para manutenção preventiva e corretiva do veículo, durante o ciclo de vida do bem, bem como sobre a correta destinação de peças substituídas, em conformidade com os princípios da logística reversa.
3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
4. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.
5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos equipamentos pelo própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
8. Uma vez notificado, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos equipamentos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.
9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.
10. Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus

Página 8 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.
13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

1. A CONTRATADA sofrerá reajuste quando houver o transcurso de doze meses a contar da data da apresentação da proposta, sendo ajustado o índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para fins de reajuste.
2. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.
3. A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
2. A subcontratação somente será admitida de forma parcial, desde que:
 - 2.1 haja previsão no edital ou autorização prévia do CONTRATANTE;
 - 2.2 não recaia sobre a parcela principal do objeto;
 - 2.3 não implique prejuízo à execução contratual.
3. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato, inclusive quanto às obrigações assumidas por eventuais subcontratadas.
4. A subcontratação não estabelece vínculo jurídico direto entre o CONTRATANTE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:
 - 1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 1.3 Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

Página 9 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 1.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 1.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 1.7 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 1.8 Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 1.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
2. Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
 - 2.1 Advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 2.2 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas nos itens 1.2 a 1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas nos itens 1.8 a 1.11, bem como nos itens 1.2 a 1.7 quando justificarem a imposição de penalidade mais grave;
 - 2.4 Multa:
 - 2.4.1 Moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento), sendo que, a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, será considerada inexecução total do contrato;
 - 2.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;
 - 2.4.3 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total.
3. A aplicação das sanções será realizada mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.
4. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 4.2 As peculiaridades do caso concreto;
 - 4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 4.4 Os danos causados à Administração;
 - 4.5 O caráter educativo da penalidade.
5. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

Página 10 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6. A aplicação das penalidades não impede a Administração de exigir indenização suplementar para reparação integral dos danos causados, podendo cobrar administrativa e judicialmente os prejuízos excedentes.
7. Nos casos em que couber, serão aplicadas também as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013.
8. Quando da aplicação de multa, a CONTRATADA será notificada para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da notificação, sob pena de adoção das demais medidas cabíveis.
9. Não será aplicada multa quando o atraso ou inadimplemento decorrer de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.
2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
3. Constituem motivos para extinção do contrato, dentre outros previstos em lei:
 - 3.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
 - 3.2 O atraso injustificado na entrega dos bens;
 - 3.3 A paralisação do fornecimento sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração;
 - 3.4 A decretação de falência, dissolução ou extinção da CONTRATADA;
 - 3.5 Razões de interesse público, devidamente justificadas;
 - 3.6 Caso fortuito ou força maior que impeça a execução do contrato.
4. Quando a extinção decorrer de culpa da CONTRATADA:
 - 4.1 Esta ficará sujeita às sanções previstas neste contrato;
 - 4.2 A Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, ou adotar as medidas cabíveis para assegurar a continuidade do fornecimento.
5. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pelo CONTRATANTE, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando o contrato deixar de apresentar vantagem para a Administração, mediante justificativa formal.
6. Na hipótese do item anterior, a CONTRATADA deverá ser notificada com antecedência mínima de 2 (dois) meses.
7. Caso a notificação ocorra com prazo inferior ao previsto, a extinção produzirá efeitos após 2 (dois) meses da comunicação.
8. A extinção do contrato será formalizada por termo próprio, que conterá, sempre que possível:
 - 8.1 A relação das obrigações já cumpridas e das pendentes;
 - 8.2 Os pagamentos efetuados e os ainda devidos;
 - 8.3 As eventuais multas e indenizações aplicáveis.

Página 11 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem à cumpri-las fielmente.

A CONTRATADA deve e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. **Prática fraudulenta:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. **Prática colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- IV. **Prática coercitiva:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. **Prática obstrutiva:** (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES REFERENTE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

Página 12 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

São os requisitos jurídicos, técnicos, fiscais, sociais, trabalhistas e econômico-financeiros que o licitante/contratado(a) deve cumprir para demonstrar sua capacidade de executar o objeto do contrato, requisitos estes, definidos no edital da licitação.

No ato da formalização contratual, deve haver uma confirmação/ratificação de que a CONTRATADA mantém todas as condições que o habilitaram a participar e vencer a licitação.

A verificação da manutenção das condições de habilitação é uma obrigação contínua da CONTRATADA e da fiscalização.

A exigência decorre da legislação brasileira de licitações, conforme a atual Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelecem o princípio de que as condições de habilitação exigidas na fase de licitação devem ser mantidas durante toda a execução do contrato.

Página 13 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo a referida divulgação condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos.

Parágrafo único: O extrato do contrato também deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, em atenção aos princípios da publicidade e transparência, conforme disposto na Lei nº 12.527/2011 e no Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelas cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, no edital, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, os quais integram o presente ajuste para todos os fins.
2. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
3. Eventuais alterações contratuais deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, observadas as hipóteses legais.
4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação aplicável e nos princípios que regem a Administração Pública.
5. Integram este contrato, independentemente de transcrição:
 - 5.1 O edital da licitação e seus anexos;
 - 5.2 O Termo de Referência;
 - 5.3 A proposta da CONTRATADA;

Página 14 de 15





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ - UASG - 987563

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 5.4 O Convênio nº 414/2025 celebrado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.
6. A execução contratual deverá observar as disposições do Convênio nº 414/2025, especialmente quanto às condições de aplicação dos recursos, prazos e obrigações de prestação de contas.
7. Fica eleito o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento contratual, que será assinado de forma eletrônica e/ou digital, na plataforma disponibilizada pelo município de Foz do Iguaçu, garantida a eficácia das cláusulas, publicado ainda em diário oficial do município, para que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu/PR, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

Documento assinado de forma digital/eletrônica, cfe Decreto nº 28.900/2021-PMFI.

Página 15 de 15



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL**

Número: **28/2026**

Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28-2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
976328d8-0131-4773-a164-5a870c6d2694

Hash do Documento

97E2BD2CC52B9DA67400FB87D9CD87320A621988646AC2C43965A5CA1008B725

Anexos

20 PARECER 167.pdf - **b818367b-bb61-486f-8241-6a2f96bb7f8e**

32 RESPOSTAS AS RESSALVA AO PARECER JURÍDICO Nº 167- 2026.pdf - **8f19620e-4579-46c4-9bc6-a01b986251e1**

PE 028-2026 EQUIP SMDE.pdf - **50f56269-8c5d-497b-a65b-d52c62112043**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.pdf - **98f63562-eedc-47ce-828f-c3563186db2a**

ANEXO V - MINUTA CONTRATO.pdf - **50d12eb9-b142-4329-8244-978c935dde74**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/05/2026 é(são) :

LARISSA FERREIRA (Signatário) - CPF: ***69692212** em 04/05/2026 10:47:52 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

OSMAR SANTINI JUNIOR (Signatário) - CPF: ***14343994** em 04/05/2026 14:02:14 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

DESPACHOS

NENHUM DESPACHO REALIZADO